

POLPAR S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71

NIRE 35 3 0012252 6

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

- **Item 10 do Formulário de Referência - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia**
- **Proposta da Destinação do Lucro Líquido - anexo 9-1-II - Instrução CVM 481/09**
- **Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência - Eleição dos Membros do Conselho de Administração**
- **Proposta de Remuneração dos Administradores e informações do item 13 do Formulário de Referência**
- **Proposta de Reforma Estatutária - Art. 11 da Instrução CVM 481/09**
- **Proposta de Aumento de Capital - Art. 14 da Instrução CVM 481/09**

PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos, assim como acesso a diferentes fontes de financiamento.

Nos exercícios de 2010, 2009 e 2008, a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 393 mil, lucro líquido de R\$2.119 e prejuízo de R\$ 161 mil.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentados no item 10.1."b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 10.787, um decréscimo de 8,2%, ou R\$ 968 mil, em relação a 31 de dezembro de 2009 e aumento de 59% ou R\$ 4.003 mil em relação a 01 de janeiro de 2009. A diferença é explicada, em sua maior parte, pelos ajustes de avaliação patrimonial decorrentes das novas práticas contábeis vigentes e pelo lucro do exercício de 2010 de R\$ 393 mil, sendo R\$ 100 mil distribuídos na forma de juros sobre o capital próprio e pelo lucro de 2009.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando que o perfil de endividamento da Companhia é com partes relacionadas e não representam exigibilidade com desembolso de recursos, a Diretoria acredita que a geração de caixa é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investimentos, além de aportes de acionistas para necessidades eventuais. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia não possui dívidas relevantes de qualquer natureza.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Juros sobre Capital Próprio a Receber- Os valores de juros sobre capital próprio a receber em 31 de dezembro de 2010 correspondem a R\$ 304 mil e em 31 de dezembro de 2009 correspondem a R\$ 428 mil. Em 31 de dezembro de 2008 não houve valores a receber de juros sobre capital próprio.

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 393 mil, em comparação ao lucro de R\$ 2.119 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o decréscimo do resultado foi o ajuste de avaliação patrimonial decorrente das novas práticas contábeis vigentes classificadas no resultado do exercício.

O lucro apresentado em 31 de dezembro 2009 foi de R\$ 2.119 mil, em comparação ao prejuízo de R\$ 161 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o acréscimo do resultado foi o ajuste de avaliação patrimonial decorrente das novas práticas contábeis vigentes classificadas no resultado do exercício.

	Exercício findo em		
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
Receitas (despesas) operacionais			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	497	565	-
Despesas operacionais líquidas	(234)	(364)	(303)
Resultado financeiro, líquido	188	1.962	142
Imposto de renda e contribuição social corrente	(58)	(44)	-
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	393	2.119	(161)
Abertura dos juros sobre capital próprio por companhia			
Suzano Papel e Celulose S.A.	365	394	-
Suzano Holding S.A.	132	171	-
	497	565	-

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

NÃO APLICÁVEL.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

NÃO APLICÁVEL.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

NÃO APLICÁVEL. Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

NÃO APLICÁVEL. Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) eventos ou operações não usuais

NÃO APLICÁVEL. Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e as de 1º de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis individuais e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS").

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs.

Os balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 dezembro 2008, tomados como base para a transição para as IFRS em 1º de janeiro de 2009, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo apresentados abaixo:

Balanco de Abertura em 1º de janeiro de 2009			
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação Integral dos CPCs
Ativo			
Circulante	350	-	350
Não circulante	2.747	7.815	10.562
Realizável a longo prazo	1.553	-	1.553
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	1.194	7.815	9.009
Total do ativo	3.097	7.815	10.912
Passivo			
Circulante	13	-	13
Não circulante	1.458	2.657	4.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2.657	2.657
Aiantamento recebido para futuro aumento de capital	1.458	-	1.458
Patrimônio líquido	1.626	5.158	6.784
Total do passivo	3.097	7.815	10.912
Balanco de Abertura em 31 de dezembro de 2009			
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação Integral dos CPCs
Ativo			
Circulante	610	-	610
Não circulante	2.885	14.083	16.968
Realizável a longo prazo	1.691	-	1.691
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	1.194	14.083	15.277
Total do ativo	3.495	14.083	17.578
Passivo			
Circulante	192	-	192
Não circulante	1.458	4.173	5.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.173	4.173
Aiantamento recebido para futuro aumento de capital	1.458	-	1.458
Patrimônio líquido	1.845	9.910	11.755
Total do passivo	3.495	14.083	17.578

(*) Os ativos financeiros foram classificados como disponíveis para venda e estão sendo registrados ao valor justo

A principal alteração nas práticas contábeis promovidas pela aplicação inicial do CPC nº 37 (R1) e demais CPCs e interpretações, deve-se ao reconhecimento do valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com CPC nº 38.

Apresentamos a seguir as conciliações entre as práticas contábeis anteriormente adotadas com as novas práticas contábeis, dos saldos do patrimônio líquido e resultado:

	2009	01/01/2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores:	1.845	1.626
Efeitos decorrentes das novas práticas:	9.910	5.158
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros recebidos em operação de permuta	1.810	-
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	12.273	7.815
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.173)	(2.657)
Patrimônio líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis	11.755	6.784
2009		
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores:	309	
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.810	
Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis	2.119	

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores no período em questão.

10.5. Comentários dos diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A administração da Companhia adota as melhores práticas contábeis recomendadas pelos órgãos competentes, é conservadora na avaliação de riscos e contingências, providenciando as correspondentes provisões, bem como detalhando nas demonstrações financeiras os riscos a que a Companhia está exposta na esfera trabalhista, tributária e de negócios.

Não é do conhecimento da administração nenhum fato ou contingência relevante que não tenha sido objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Para auditar nossos resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, recorremos a auditorias internas e externas. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., com a qual mantemos contrato desde 2004 e cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação. Dessa forma, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e esta atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Ponto Identificado:

Nenhum ponto relevante foi identificado e reportado pelos auditores externos.

Recomendação:

NÃO APLICÁVEL.

10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

NÃO APLICÁVEL.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

NÃO APLICÁVEL.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

NÃO APLICÁVEL.

10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

NÃO APLICÁVEL.

b) Natureza e propósito da operação

NÃO APLICÁVEL.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

NÃO APLICÁVEL.

10.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

PARA FINS DO ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2010

1 – Lucro líquido do exercício – **R\$ 393 mil.**

2 – Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Dividendos	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Juros sobre capital próprio já declarados (bruto) Ações Ordinárias	1,35	100
Dividendos propostos (bruto) Ações Ordinárias	0,12	9

3 – Percentual do lucro líquido do exercício distribuído, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76: **29,22%**.

4 – Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: **Não aplicável.**

5 – Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio: **Dividendos de R\$ 0,12 por ação ordinária.**

b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio: **A ser definido na Assembléia Geral Ordinária de abril de 2011.**

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio: **Não aplicável.**

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: **29 de dezembro de 2010.**

6 – Caso tenha havido declaração de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: **Não aplicável.**

7 – Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores:

	2010	2009	2008	2007
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária (R\$):	5,31	28,64	(2,18)	1,43

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores:

	2009	2008	2007
Dividendos distribuídos por ação: Ação ordinária (R\$)	-	-	0,3400000
JSCP distribuídos por ação: Ação ordinária (R\$)	1,22	-	-

8 – Havendo destinação de lucros à Reserva Legal

a) Montante destinado à Reserva Legal: **R\$ 20 mil**

b) Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal: **5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício depois de deduzido os prejuízos acumulados.**

9 – Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: **Não aplicável.**

10 – Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto: **O Art. 30, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia prevê a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e do estatuto, e, conforme o caso, as resoluções da Assembléia Geral.**

b) Informar se ele está sendo pago integralmente: **Os dividendos serão pagos conforme data a ser definida na Assembléia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em abril de 2011.**

c) Informar o montante eventualmente retido: **Não aplicável.**

11 – Retenção de dividendo obrigatório: **Não aplicável.**

12 – Destinação de resultado para reserva de contingências: **Não aplicável.**

13 – Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: **Não aplicável.**

14 – Destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas: **O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Art. 30, Parágrafo Único a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% (noventa por cento) do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser**

destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

b) Identificação do montante destinado às reservas estatutárias:

- Reserva para Futuro Aumento de Capital - **R\$ 238 mil.**

- Reserva Estatutária Especial - **R\$ 26 mil.**

c) Cálculo do montante das reservas estatutárias:

	<u>(R\$ mil)</u>
Lucro líquido do exercício	393
Reserva legal - 5%	(20)
Juros sobre capital próprio pagos	(100)
Dividendos propostos	<u>(9)</u>
	264
Reservas estatutárias:	
- Reserva para futuro aumento de capital - 90%	238
- Reserva estatutária Especial - 10%	26

15 – Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: **Não aplicável.**

16 – Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: **Não aplicável.**

PARA FINS DO ARTIGO 10 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

Informações dos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência, conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

12.6 Administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Daniel Feffer
Idade:	51 anos
Profissão:	Advogado
CPF:	011.769.138-08
Cargo:	Presidente do Conselho de Administração
Data de eleição:	29.04.2011
Data da posse:	29.04.2011
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	
Eleito pelo controlador:	Sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	David Feffer
Idade:	54 anos
Profissão:	Empresário
CPF:	882.739.628-49
Cargo:	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Data de eleição:	29.04.2011
Data da posse:	29.04.2011
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Diretor Presidente
Eleito pelo controlador:	Sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Augusto Esteves de Lima Júnior
Idade:	91 anos
Profissão:	Advogado
CPF:	002.295.478-34
Cargo:	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição:	29.04.2011
Data da posse:	29.04.2011
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2014
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	
Eleito pelo controlador:	Sim

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem conselho fiscal permanente. Nos termos do Art. 161, §2º, da Lei nº 6.404/76 e do Art. 28 do Estatuto Social da Companhia, o conselho fiscal será instalado pela assembleia geral a pedido de acionistas, oportunidade em que serão eleitos os seus membros. Até a presente data, a Companhia não recebeu qualquer manifestação de seus acionistas neste sentido.

Diretoria:

Nos termos do Art. 142, II, da Lei nº 6.404/76 e do Art. 20, "b" do Estatuto Social da Companhia, os membros da Diretoria serão eleitos de acordo com deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, a qual ocorrerá após a eleição de seus membros na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se em 29 de abril de 2011.

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

A Companhia não tem comitês e não haverá eleição de comitês na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se em 29 de abril de 2011.

12.8 a) Currículos dos administradores indicados pelos acionistas controladores:

Conselho de Administração:

DAVID FEFFER, nascido em 13 de novembro de 1956, cursou Administração de Empresas e possui especialização na Columbia University (EUA) e na escola de administração suíça IMD. Começou a trabalhar em sociedades do grupo econômico da Companhia em 1974 e nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos: (i) Diretor Presidente da Suzano Holding S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia e integrante do bloco de controle da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos seus Diretores e planejamento estratégico geral da referida companhia; (ii) Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro dos Comitês de Sustentabilidade e Estratégia e de Auditoria da Suzano Papel e Celulose S.A., companhia aberta controlada indiretamente pelos acionistas controladores

da Companhia, cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, sendo responsável, respectivamente, pela (a) orientação geral dos negócios sociais, (b) coordenação das atividades de assessoria relacionadas às áreas de finanças, orçamento, controle e de novos negócios, (c) assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia, e (d) análise das demonstrações financeiras, desenvolvimento dos controles internos e fiscalização das auditorias interna e externa da companhia; (iii) Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela orientação geral dos negócios sociais, coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico da companhia; (iv) Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e integrante do bloco de controle da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico geral da companhia; (v) Diretor Vice-Presidente da Premesa S.A., sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (vi) Diretor Presidente da Nemopar Investimentos Ltd., sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia e constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, cuja principal atividade é a negociação com ações, debêntures, títulos ou outros valores mobiliários, sendo responsável pela coordenação da Diretoria e planejamento estratégico geral da sociedade. Em 2006 foi palestrante no *World Economic Forum - América Latina*. É membro de várias instituições sociais e culturais, dentre as quais destacam-se as seguintes atuações: Presidente da Diretoria Executiva da Casa de Cultura de Israel; Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein; Membro do Conselho da Fundação Bial de São Paulo; Membro do Conselho Deliberativo da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria; Membro da Ação Comunitária do Brasil; Membro do Conselho da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável; e Membro do Conselho do INSEAD. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.

DANIEL FEFFER, nascido em 28 de outubro de 1959, graduou-se em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, possui vários cursos de especialização na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Fundação Getúlio Vargas, além de Harvard University e Massachusetts Institute of Technology (MIT) nos Estados Unidos e IMD na Suíça. Em 1977, o Sr. Daniel Feffer foi Assistente de Gabinete da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Deu início às suas atividades nas sociedades do grupo econômico da Companhia em 1978, tendo exercido os cargos de Assistente de Diretoria, Gerente de Comunicações e Marketing e Gerente de Produtos Especiais. Nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Suzano Papel e Celulose S.A., companhia aberta controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, sendo responsável pela orientação geral dos negócios sociais e assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (ii) Presidente do Conselho de Administração da Companhia, companhia aberta cuja atividade principal é a participação em outras sociedades; (iii) Diretor Presidente da Premesa S.A., companhia controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários; (iv) Diretor Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (v) Diretor Vice-Presidente Corporativo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (vi) Diretor Vice-Presidente da Nemopar Investimentos Ltd., sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia e constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, cuja principal atividade é a negociação com ações, debêntures, títulos ou outros valores mobiliários; (vii) Diretor Presidente da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da

Companhia, cuja atividade principal é a gestão e administração de imóveis; (viii) Vice-Presidente do Conselho Curador e Diretor Vice-Presidente da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais; (ix) Presidente do Conselho Diretor e Vice-Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais; (x) Membro do Conselho do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais; (xi) Membro do CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; (xii) Membro do Conselho da BRACELPA - Associação Brasileira de Celulose e Papel; (xiii) Membro do Conselho do IEDI - Instituto Econômico para Desenvolvimento Industrial; (xiv) Membro do CEAL - Conselho de Empresários da América Latina; (xv) Membro Fundador do Conselho do Compromisso Todos Pela Educação; (xvi) Membro do Conselho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; (xvii) Membro do Conselho da *TNC - The Natural Conservancy*; e (xviii) Membro do Conselho do MBC - Movimento Brasil Competitivo. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ ou comerciais.

AUGUSTO ESTEVES DE LIMA JUNIOR, nascido em 01 de julho de 1919, graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. Nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos: (i) membro honorário do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., companhia aberta controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (ii) Presidente do Conselho de Administração da Suzano Holding S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia e integrante do bloco de controle da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (iii) Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (iv) membro do Conselho de Administração da Companhia; (v) membro do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais; e (vi) membro do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ ou comerciais.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Candidatos a administradores e administradores da Companhia

O Sr. Daniel Feffer, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, é irmão do Sr. David Feffer, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.

b) Candidatos a administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

A Companhia não possui sociedades controladas.

c) Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia

Os Srs. Daniel Feffer, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e David Feffer, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia, são também controladores da Companhia, juntamente

com seus irmãos Jorge Feffer e Ruben Feffer.

Os Srs. Daniel Feffer e David Feffer são, ainda, respectivamente, Diretor Vice-Presidente Corporativo e Diretor Presidente da IPLF Holding S.A. e da Suzano Holding S.A., sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia.

d) Administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Os Srs. Daniel Feffer, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e David Feffer, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia, integram o grupo de controle da Companhia, composto também por Jorge Feffer, Ruben Feffer, Fanny Feffer, IPLF Holding S.A. e Suzano Holding S.A.

Os Srs. Daniel Feffer, David Feffer são também:

- (i) controladores da IPLF Holding S.A. e da Suzano Holding S.A., juntamente com os Srs. Jorge Feffer, Ruben Feffer e Fanny Feffer;
- (ii) irmãos dos Srs. Jorge Feffer e Ruben Feffer; e
- (iii) filhos da Sra. Betty Vaidergorn Feffer, membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e da Suzano Holding S.A.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

NÃO APLICÁVEL.

b) Controlador direto ou indireto da Companhia

Os Srs. David Feffer e Daniel Feffer, administradores da Companhia, são parte do grupo de controle da Companhia.

O Dr. Augusto Esteves de Lima Júnior, David Feffer e Daniel Feffer são, ainda, respectivamente, Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente Corporativo da IPLF Holding S.A. e da Suzano Holding S.A.

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes

NÃO APLICÁVEL.

PARA FINS DOS INCISOS I e II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração dos administradores da Companhia é suportada por outras sociedades do grupo Suzano, controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram a Diretoria e/ou o Conselho de Administração.

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA

INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração das empresas do Grupo Suzano tem por objetivo atrair e reter profissionais na empresa que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos. Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar em remuneração, no total em moeda corrente, no terceiro quartil de nosso mercado de referência, para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a empresa a entregar e superar os resultados planejados.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões que atendam ao conceito de remuneração global das empresas da Organização e visa recompensar Conselheiros que agreguem valor aos resultados da empresa.

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus somente à remuneração fixa.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para todos os órgãos da Administração, 100% de sua remuneração total é composta por remuneração fixa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração a proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da média deste mercado selecionado.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento acima da média do mercado selecionado, tendo como base pesquisa conduzida por consultoria especializada no tema.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto, médio e longo prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio. Para isso aplica alinhamento da remuneração a um mercado selecionado.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração:

Há membros do Conselho de Administração que também tem remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia.

Diretoria

Há membros da Diretoria que também tem remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia.

Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal eleito para o período.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social 31.12.2011

	Conselho De Administração (1)	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3	3(2)	0	6
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 31.12.2010

	Conselho De Administração (1)	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3	3(2)	0	6
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	64.428	1.676	N/A	66.104
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	64.428	1.676	N/A	66.104

(1) Os valores de encargos não estão considerados.

Exercício social encerrado em 31.12.2009

	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3	2 ⁽²⁾	0	5
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	193.284	5.112	N/A	198.396
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	193.284	5.112	N/A	198.396

(1) Os valores de encargos não estão considerados.

(2) Um dos membros do Conselho de Administração também ocupa posição na Diretoria.

13.3 Remuneração variável do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A Companhia não pratica remuneração variável.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não tem um plano de remuneração baseada em ações.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva ⁽¹⁾	Conselho Fiscal	Total
Quantidade de ações	212.540.867	0	N/A	212.540.867

⁽¹⁾ Como há um membro do Conselho de Administração que também ocupa posição na Diretoria, a quantidade de ações foram considerados somente no Conselho de Administração.

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não tem um programa de remuneração baseada em ações.

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

A Companhia não tem um plano de remuneração baseada em ações.

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no último exercício social:

A Companhia não tem um plano de remuneração baseada em ações.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

A Companhia não tem um plano de remuneração baseada em ações.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

A Companhia não tem plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores.

13.11 Valores da maior e menor remuneração individual, para o último exercício social, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
Exercício social encerrado em 31.12.2010	2	1.676	1.676	1.676
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
Exercício social encerrado em 31.12.2010	3	21.476	21.476	21.476
CONSELHO FISCAL				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
Exercício social encerrado em 31.12.2010	N/A	N/A	N/A	N/A

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2010
Diretoria Estatutária	100%
Conselho de Administração	67%
Conselho Fiscal	N/A

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

Não há remuneração dos membros do Conselho de Administração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2010
Diretoria	13.123.829
Conselho de Administração	5.987.812
TOTAL	19.111.641

Nota: Todos os valores foram atribuídos a título de salário/pró-labore.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram divulgadas nos itens 13.1 a 13.16 acima.

PARA FINS DO ARTIGO 11 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

PROPOSTA DE REFORMA ESTATUTÁRIA

Origem e Justificativa da proposta de alteração estatutária

A alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia é reflexo do aumento do capital da Companhia, a ser deliberado pela assembléia geral ordinária e extraordinária a realizar-se no dia 29 de abril de 2011, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, segundo o qual *“o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.”*

Desta forma, a alteração proposta não resulta em qualquer efeito jurídico ou econômico, decorrendo de um mero procedimento legal e contábil.

Estatuto Social contendo, em destaque, a alteração proposta

REDAÇÃO ATUAL	NOVA REDAÇÃO
Art. 4º - O capital social é de R\$ 988.678,87 (novecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), integralmente realizado e dividido em 74.000 (setenta e quatro mil) ações ordinárias, sem valor nominal. As ações terão a forma exclusivamente nominativa.	Art. 4º - O capital social é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)), integralmente realizado e dividido em 74.000 (setenta e quatro mil) ações ordinárias, sem valor nominal. As ações terão a forma exclusivamente nominativa.

PARA FINS DO ARTIGO 14 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

Informações sobre aumento de capital, em atendimento ao disposto no Art. 14 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Aumento de Capital

1. Valor do aumento do capital social: R\$ 2.011.321,13
Valor do novo capital social: R\$ 3.000.000,00

2. O aumento de capital será realizado mediante capitalização de parte da reserva de lucros da Companhia, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações ("Aumento de Capital").

3. O Aumento de Capital se justifica pela existência de reserva de lucros em valor que excede o capital social da Companhia, não resultando em qualquer efeito jurídico ou econômico para a Companhia ou seus acionistas.

4. O Aumento de Capital não implica na alteração do valor das ações, uma vez que estas não possuem valor nominal, nem na modificação do número de ações da Companhia.